

A VERDADE EM HEGEL E EM MARX

THE TRUTH IN HEGEL AND IN MARX

Pedro Geraldo Aparecido Novelli¹

RESUMO: O que é a verdade? Há uma verdade ou muitas? A verdade é absoluta ou relativa? Hegel e Marx proporcionam através de suas obras respostas a essas questões. As posições hegeliana e marxista orientam-se pela abordagem dialética segundo a compreensão de cada um. Tanto em Hegel quanto em Marx a verdade situa-se na relação sujeito-objeto. O esforço de ambos é resolver a dicotomia sujeito-objeto através do conceito de processo que remete à historicidade do real. No entanto, fica evidente neles que a resolução não se realiza senão através de passagem do sujeito pelo objeto (Hegel) e do objeto pelo sujeito (Marx). Desse modo a verdade em Hegel e em Marx deve ser compreendida como uma construção contínua enquanto exercício da liberdade (Hegel) e atividade eminentemente social (Marx).

PALAVRAS-CHAVE: Verdade. Relação. Totalidade.

ABSTRACT: What is truth? Is there a single truth or many? Is it absolute or relative? Hegel and Marx give some answers through their works. The hegelian and marxist outstanding guide themselves by the dialectical approach according to the singular understanding of each one. Yet, in Hegel as much as in Marx truth has to be seen in the relation between the subject and the object. Both of them make the effort to solve the dichotomy established by other tendencies about the subject and the object. The concept of process is central in their thought and this points at the historical essence of reality. However, it is plain that such a solution can only come out by the passage of the subject to the object (Hegel) and the other way around (Marx). In this way truth in Hegel and Marx has to be understood as an ongoing making process granting the exercise of freedom (Hegel) and an essentially social activity (Marx).

KEYWORDS: Truth. Relation. Totality.

INTRODUÇÃO

Perguntar-se sobre o que é a verdade não é uma indagação recente, pois tem acompanhado o homem durante a sua existência. Responder o que é a verdade é responder, dar direcionamentos à vida, possivelmente propiciar sentidos. As respostas variam desde a apresentação de sentidos fechados e exclusivos até a relativização absoluta dos sentidos dados. No entanto, quando se pergunta o que é a verdade fica implícito que uma outra questão já obteve resposta, isto é, se a verdade é passível de conhecimento. Ora, o que a verdade é traz em si as conseqüências de como se pode conhecer a mesma verdade. O método de acesso à verdade já caracteriza o ser da verdade. Portanto, somente se pode perguntar sobre uma definição de verdade quando se assume que a verdade possa ser definida e que seja algo passível de definição. Além disso, deve-se assumir que a verdade seja. Mas, mesmo assim o homem diz continuar sem saber do que se trata quando se fala em verdade. Ainda, obter a resposta definitiva sobre o ser da verdade pode inibir o próprio ser da verdade. O homem que se pergunta sobre a

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – da Unesp de Marília.

verdade é o homem em todos os tempos. Como pretender enclausurar a verdade num único tempo? Acontece que a verdade para um homem é a verdade na sua existência. Isso talvez seja um motivo para abrir mão dessa interrogação que almeja uma conclusão.

O presente ensaio tem por meta apresentar as contribuições de Hegel e de Marx sobre a verdade. A grande contribuição de Hegel e de Marx é que estes não abortam o questionamento tão somente dando respostas, mas respondendo inquisitivamente melhoram e enriquecem as perguntas.

1 A VERDADE EM HEGEL

Na acepção mais geral, a verdade designa uma igualdade ou conformidade entre a inteligência (o conhecimento intelectual) e o ser (*adaequatio intellectus et rei*). A verdade do conhecimento (verdade lógica) diz respeito à ação do juízo, consistindo na assimilação do pensamento ao ser e exprimindo a existência de um objeto real. A conformação do pensamento ao objeto não exige que o objeto seja reproduzido em todas as suas características. Na verdade, basta uma adequação ou igualação ao objeto formal. A verdade autêntica é “universalmente válida”, ou seja, vale para todo ser cognoscente. O que é verdadeiro para um não pode ser falso para outro. Nesse sentido a verdade é “absoluta”, isto é, aplica-se à diversidade dos sujeitos. Distingue-se da verdade do conhecimento a verdade do ser (verdade ontológica ou ôntica) que convém ao próprio ente e que implica numa conformidade do ser com o conhecimento intelectual. Contudo, o ente não precisa adequar-se precisamente ao modo de pensar. O que importa é que todo ente encontra seu fundamento além de si mesmo. Pode-se citar ainda a verdade moral que é a conformidade das palavras com o pensamento.

O que deriva das colocações iniciais é que a verdade pode ser vista diversamente. Ela teria várias expressões e implicações. A questão que se coloca aqui é como ela, a verdade, é entendida por Hegel. Hegel discorda de Kant que configurava a possibilidade de conhecimento dentro dos limites da aparência, ou seja, do que a realidade é para o sujeito. A realidade em si jamais poderia ser atingida e tudo volvia para o sujeito cognoscente. Todo conhecimento tornava-se então conhecimento de algo para alguém. Não somente o conhecimento seria dirigido a alguém, mas seria também construído por esse alguém.

Na Fenomenologia do Espírito, Hegel apresenta o processo pelo qual a verdade se dá nas relações que a consciência trava.

O primeiro momento da consciência é o do “saber imediato” ou da “certeza sensível”. Aqui ocorre a constatação do que existe, mas a consciência não tem como saber e conhecer coisa alguma sobre o que existe. “O saber que, de início ou imediatamente,

é nosso objeto, não pode ser nenhum outro senão o saber que é também imediato”. (HEGEL, 1992, p.74).

O imediato em Hegel é o palpável, o momento inicial de um objeto, da realidade. O imediato é o acontecido. O que se pode conhecer aqui é muito pouco. Muito embora este seja um estágio que deve ser necessariamente percorrido, ele revela as limitações e a pobreza sobre o que se pode conhecer de algo. Poder-se-ia perguntar nesse momento se a certeza sensível ou o saber imediato são a verdade e a resposta deveria ser sim e não! Sim, porque a verdade, em Hegel, é fruto de um processo, ou melhor, é o processo. Não, porque não se chegando ao término do caminho o processo encontra-se incompleto.

O segundo momento da consciência é a percepção. O sujeito começa a detectar algumas características determinadas do objeto, da realidade que a consciência notou como existente no momento anterior. A consciência percebe o real composto de coisas e estas coisas marcadas pela multiplicidade. Eis a primeira contradição enfrentada já na determinação inicial da qual o conhecimento é capaz. O objeto é percebido na sua unicidade e aí se constata as suas múltiplas qualidades. Não se consegue aqui domesticar o objeto percebido. O que ele é escapa a uma determinação mais precisa e fechada.

A consciência percebente é cônica da possibilidade da ilusão, pois na universalidade, que é (seu) princípio, o ser - Outro é para ela, imediatamente: mas enquanto nada, (como) supassumido. Portanto, seu critério de verdade é a igualdade-consigo-mesmo, e seu procedimento é aprender o que é igual a si mesmo. Como ao mesmo tempo o diverso é para ela, a consciência é um correlacionar dos diversos momentos de seu apreender. Mas se nesse confronto surge uma desigualdade, não é assim uma inverdade do objeto - pois ele é igual a si mesmo -, mas (inverdade) de perceber. (HEGEL, 1992, p. 86, § 116).

Com a dúvida, os limites da sensibilidade são superados e a consciência pode aspirar a uma organização maior. Qual a consistência da verdade nesse momento? Manifesta-se aqui uma amplitude que antes não se apresentava. A verdade começa a alargar seu horizonte vencendo os limites do aqui e agora puros e a se projetar na direção do vir-a-ser. A inconstância transmuta-se em flexibilidade para o acontecer da verdade.

Hegel chama de entendimento ao terceiro momento da consciência. Nesse instante o sujeito rompe suas ligações com o puramente sensível e começa a percorrer a trilha que conduz ao objetivo maior que é o conceito onde o processo todo tem seu ápice. O entendimento não somente constata a realidade, os objetos, mas promove uma análise, selecionando os elementos da realidade de modo que o sujeito possa examiná-los mais acuradamente para obter um conhecimento mais exato dos mesmos.

No entanto, sendo intuito do entendimento contribuir para que o conhecer aconteça, ao decompor o objeto tomado em seus elementos originários, para superar as ilusões da sensibilidade, o entendimento tende a limitar a representação do objeto àquilo que existia antes que a representação fosse equacionada. O que surge como novidade, e que, por isso exigiria um esforço renovado para conhecer, é relacionado ao já conhecido.

Essa preocupação com o fim ou os resultados, como também com as diversidades e apreciações dos mesmos, é, pois uma tarefa mais fácil do que talvez pareça. Com efeito, tal (modo de) agir, em vez de se ocupar com a coisa mesma, passa sempre por cima. Em vez de nela demorar-se e esquecer a si mesmo, prende-se sempre a algo distinto; prefere ficar em si mesmo a estar na coisa e a abandonar-se a ela. Nada mais fácil que julgar o que tem conteúdo e solidez; apreendê-lo é mais difícil, e o que há de mais difícil é produzir sua exposição, que unifica a ambos. (HEGEL, 1992, p. 23).

Além desse problema o entendimento enfrenta um outro que é o acúmulo de dados e informações sobre o real. Procurando entender o real o sujeito reúne as leis que regem o real e que ordenam o seu “funcionamento”. As leis são incontáveis e tendem ao infinito. Hegel chama a isso de “má infinitude”, pois esta jamais se objetiva na finitude que a concretiza. A permanência na diversidade do real como interpretação e mesmo constituição exclusiva do mesmo real conduz, segundo Hegel, à inviabilidade de se conhecer o real. A verdade dentro desse contexto apresenta novidades sobre sua essência: se por um lado a verdade é constituída pela multiplicidade, pelo plural, por outro lado, ela precisa assumir uma perspectiva de unidade onde a diversidade é reunida sem que com isso a própria diversidade desapareça. A dificuldade de se conseguir tal unidade é o que nesse estágio o entendimento não consegue realizar. Esse momento é importantíssimo, pois produz no sujeito o questionamento sobre si mesmo. Por que ele não consegue apreender o mundo? O sujeito começa a constatar o caráter fugidio do mundo.

Com isso forma-se o quarto momento da consciência que é a autoconsciência ou a consciência de si. A consciência se pergunta, procura se conhecer melhor e precisa avaliar seu desempenho. Para poder efetuar um diagnóstico preciso sobre si mesma a consciência necessita de um ponto de comparação. Assim, a autoconsciência precisa de outra autoconsciência. Ao afirmar-se a autoconsciência constrói sua liberdade em relação à outra autoconsciência. Deriva daqui que a autoconsciência não seja universal. A liberdade estabelecida através da relação com o outro é particular e colide com a do outro. A autoconsciência revela o sujeito dividido: livre, mas incapaz de ter uma liberdade real que em outras palavras seria universal. É o drama da dialética do senhor e do escravo. “Enquanto agir do outro, cada um tende, pois, à morte do outro. Mas aí está também presente o segundo agir, o agir por meio de si mesmo, pois aquele agir do outro inclui o arriscar a própria vida.” (HEGEL, 1992, p.128).

A busca da universalidade pelo pensamento implica na superação da dicotomia senhor-escravo. O estoicismo supera a dicotomia afirmando ser o mundo um ‘topós’ da servidão generalizada. O espírito refugia-se no além mundo e a carne padece as suas limitações. O ceticismo não acreditando que se possa assumir postura alguma se deixa levar pelas tensões do momento, ora privilegiando o senhor, ora o escravo. A consciência infeliz posiciona-se respeitando a pessoa do senhor e solidarizando-se com o escravo, optando assim, por sofrer passivamente em comunhão com ambos. As três posturas mencionadas acima são marcadas pela estreiteza dos horizontes. A superação desse estreitamento é o que proporciona a quebra da circularidade viciosa da dialética do senhor-escravo. São condições para isso o vencer o pânico diante da morte e o reconhecer as potencialidades do trabalho.

A morte - se assim quisermos chamar essa inefetividade - é a coisa mais terrível; e sustentar o que está morto requer a força máxima. A beleza sem força detesta o entendimento porque lhe cobra o que não tem condições de cumprir. Porém não é a vida que se atemoriza ante a morte e se conserva intacta da devastação, mas é a vida que suporta a morte e nela se conserva, que é a vida do espírito. O espírito só alcança sua verdade à medida que se encontra a si mesmo no dilaceramento absoluto. (HEGEL, 1992, p.38)

Na aceitação da morte, no convívio com ela, a autoconsciência é forçada a reconhecer sua finitude. Somente o finito abre-se para o infinito. Do reconhecimento das próprias limitações nasce na autoconsciência sua abertura para a universalidade. Mas, a universalidade não pode ser atingida pela autoconsciência se esta não se abrir também à importância do trabalho. Muito embora o trabalho assuma aspectos rudimentares na sua realização, é através dele que o homem consegue objetivar o mundo, pondo-o a seu serviço. Todos os momentos anteriores da consciência ficaram caracterizados pela contemplação, pela passividade do sujeito diante do real. Ocorre aqui a passagem da autoconsciência enquanto autoconsciência para a razão. A verdade vive no momento da autoconsciência a sua própria revisão. É esse caráter histórico da verdade, no agir sobre o real pelo trabalho que o sujeito incorre em percalços que, ao invés de emperream o processo, passam a constituí-lo.

A razão é o quinto momento da consciência; é o momento no qual ocorre a superação da dialética do senhor e do escravo. O sujeito percebe-se parte de um todo universal em relação a tudo o que é e faz. É na interação histórica que o sujeito realiza o processo do real (o processo de realização do espírito) em sentido mais amplo. A inserção histórica não acontece sem dificuldades. Os indivíduos constatarem que sua atividade conjunta, o trabalho, é essencialmente social. Entretanto, depara-se com interesses particulares que se deblateram numa ordem institucionalizada aparente. Na tentativa de manter uma visão abrangente do real a razão se vê obrigada a assumir a postura da

observação: ela descreve, conta e nomeia. A tendência é retornar a algo do entendimento. As leis colocam-se como armadilhas para a razão que ao se prender excessivamente a elas enquadra a verdade em formulas secas, estratificadas, sem vida. Sabe-se que a lei é válida, mas possui seus limites. Hegel dá o exemplo da lei cristã “ama o teu próximo” que é vaga e não nos diz exatamente o que fazer. No dia-a-dia é preciso responder como amas o próximo. É no que farás ou deixarás de fazer que o outro é efetivamente amado. A universalidade absoluta da lei é vazia e impede que a riqueza do conteúdo universal apareça. Daí, Hegel recomendar uma atitude crítica diante das leis: “Se indago seu nascimento, e as limito ao ponto da sua origem, já passei além delas: pois então sou eu o universal e elas, o condicionado e o limitado.” (HEGEL, 1992, p.268).

A verdade continua aqui o seu processo e o que é acrescido às suas características é a história. A verdade absoluta é a verdade dos homens e para os homens. Não interessa a verdade enclausurada em si mesma. A verdade é verdade no meio dos homens, na sua objetivação, na relativização de seu caráter absoluto. A verdade é constituída como verdade na medida em que se aliena na realidade humana. Esse momento, por sua vez, não é absoluto e único, mas consequência do absoluto primeiro da verdade em si mesma.

Em sua autocrítica a razão cria espaço para o sexto momento da consciência que é o espírito. Este é a suprassunção de todos os momentos iniciais. O espírito não é uma abstração da natureza humana, mas é uma consciência e também seu objeto. O espírito existe enquanto se tem como objeto de si mesmo. O conteúdo do espírito é ele próprio na medida em que se objetiva. Pode-se conhecer a natureza do espírito em seu perfeito contrário, a matéria. “Pues si soy dependiente, me refiero a otra cosa, que no soy yo, y no puedo existir sin esa cosa externa. Soy libre cuando estoy en mí mismo.” (HEGEL, 1989, p.62)

Embora o espírito seja acabado ele também é ativo. A atividade é a essência e o produto do espírito, ou seja, seu começo e seu fim. O espírito é dinâmico e é na medida em que nega constantemente o que ameaça sua liberdade. O momento do espírito também é o momento da verdade. Esta também é dinâmica e luta constantemente para superar suas determinações absolutas. O objeto da verdade é ela mesma assim como seu conteúdo. Não se trata de um círculo vicioso, mas da dinamicidade da verdade movida pela liberdade que a constitui. Envolvendo-se com o real a verdade apaixona-se pelos indivíduos e age no meio destes na história. No saber absoluto sujeito e objeto se unem, a verdade triunfa e acontece a conquista do conceito. É aqui que o sujeito consegue reconhecer a liberdade do outro na intersubjetividade. O conceito não permanece na abstração, mas promove a reconciliação da universalidade da idéia com a singularidade da coisa. O conceito é o instrumento do qual o saber absoluto se serve para realizar-se plenamente. O saber absoluto não é a estaticidade, a calma, a inércia. “(...), siendo el conocimiento el concepto (por cuanto existe, sin duda, por sí mismo, pero como

subjetivo, en relación con un objetivo), el concepto se refiere a la idea como presupuesta o inmediata. Pero la idea inmediata es la vida.” (HEGEL, 1968, p.671)

O saber absoluto implica na consciência do sujeito humano sobre o movimento que este realiza. O existir dinâmico do humano envolve contingências históricas que não podem ser suprimidas, mas que apesar de afetar esse mesmo humano, ele, por sua vez, exerce sua liberdade de se projetar além delas. Pelo seu movimento o sujeito vai se conhecendo e também tudo aquilo que o nega, ou seja, o seu negativo, o resultado das suas ações onde se manifesta o outro. A superação da contingência não significa a aniquilação dessa, pois ela se faz necessária para que o ir além possa sempre tomar lugar. Afinal, é pelo relativo que o absoluto se manifesta, pois o absoluto somente pode sair de si relativizando-se. A verdade abarca a totalidade do real sendo assim caracterizada pela diferença que compõe o todo. A verdade existe plenamente no estado absoluto que se expressa na relatividade das contingências históricas. Assim pode-se dizer que a verdade existiu desde sempre em si mesma. Mas, essa existência em si mesma era equivalente a nada ou ao nada. Aparece aqui o caráter contraditório da verdade em si. Se ela se assemelha ao nada e é nada, então decorre que se estabeleceu uma relação que a puxa para fora de si mesma. Revela-se, assim, a verdade para si mesma como uma outra de si. Em outras palavras a verdade é sempre a mesma, mas nem sempre o mesmo! A verdade está sempre deixando de ser para poder ser cada vez mais sem temer a perda de sua essência. Reportando-nos aos escritos teológicos de Hegel poderíamos dizer que a verdade não é uma instância acabada e aplicável permanentemente ao real, mas sim um ser vivente construindo-se pelas suas contradições existenciais.

2 A VERDADE EM MARX

A lógica dialética objetiva o estudo do movimento do pensamento na direção da verdade. Portanto, a questão mais importante para ela é definir que pensamento é verdadeiro e como estabelecer a sua veracidade. Por muito tempo aceitou-se a definição clássica da verdade que encontrou em Aristóteles o seu maior expoente. “No que se refere acima de tudo à verdade ou à mentira, a verdade é o contato com o (ser)... enquanto (à verdade opõe-se) desconhecimento (que) é a ausência de tal contato” (ARISTÓTELES, 1934, p. 162).

Aqui a verdade é um juízo que corresponde à realidade. Com isso a posição aristotélica tendia fortemente para o materialismo. “É preciso levar em conta que não é porque você é branco que o consideramos branco, mas (ao contrário) é por você ser branco que nós, que afirmamos isto, estamos com a razão”. (ARISTÓTELES, 1934, p.162).

A definição dada por Aristóteles apresenta uma certa insuficiência que conduz a uma imprecisão. Os conceitos de “correspondência” e “realidade” podem

ser considerados diferentes. Diversas abordagens podem ser levadas a termo sobre correspondência e realidade. Tanto o idealismo quanto o materialismo serviram-se e servem-se desses conceitos segundo seus posicionamentos. A colocação da temática da verdade de forma abstrata em geral não é do interesse do marxismo. “Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo”. (MARX, 1983, p. 218).

A objetividade da verdade é o empenho da concepção marxista. O próprio Lênin se perguntou em seus escritos se poderia haver uma verdade objetiva, ou seja, algum conteúdo das concepções humanas onde nem o sujeito, nem o homem e nem a humanidade fossem seus condicionantes dos quais a verdade dependeria. Temos nesse momento o grande corte entre a concepção marxista de verdade da concepção idealista. Subjetivar o conteúdo do conhecimento verdadeiro assim como definir misticamente a verdade tomando-a como propriedade externa, supratemporal, imutável e incondicional dos objetos ideais é fechar-se à possibilidade da objetividade. O conhecimento não pode não ser humano o que caracteriza nesse instante a verdade como subjetiva. Por outro lado, o caráter objetivo da verdade advém do fato de que o conteúdo do conhecimento independe da humanidade. Tem-se aqui a dialética do sujeito e do objeto ligada ao conceito da verdade objetiva. A verdade enquanto conteúdo vai do subjetivo ao objetivo. Se o conhecimento é verdadeiro então ele atinge a objetividade. Dessa forma, somente existe a verdade objetiva.

A verdade objetiva é um processo de movimento do pensamento para a dialética materialista. O pensamento coincidindo com o objeto não se depara com a verdade já dada que apenas aguardava ser captada, atingida pelo pensar, mas a coincidência não é acidental e sim o fruto da investida do pensamento sobre o objeto e do estar aí do objeto. A Filosofia elaborou as categorias de absoluto e de relativo que elucidam o processo do pensamento e o pensamento em processo. Tais categorias possuem no marxismo um conteúdo objetivo. Tudo o que é imutável, estável é representado pelo absoluto enquanto o relativo reúne em sua especificidade o mutável, o transitório. Na passagem do absoluto ao relativo e vice-versa podem ocorrer mudanças ou não. A obrigatoriedade da alteração não encontra respaldo objetivo. Isso significa que o absoluto torna-se relativo e o relativo investe-se de absoluto.

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida da observação imediata e da representação. (Marx, 1983, p. 218-9).

A unidade do absoluto e do relativo faz parte do desenvolvimento do mundo objetivo e do pensamento. O que é absoluto no pensamento é que seu conteúdo é sempre objetivo por mais que ocorram alterações no próprio pensamento. O caráter absoluto do pensamento é sua objetividade necessária. É absoluto que o pensamento seja objetivo. Não havendo limites para que o pensamento pense o real e alimentando-se desse mesmo real, o pensamento atinge a posição de absoluto. Este, porém, torna-se relativo pelos seus resultados que são mutáveis e não abrangem o todo do real. Portanto, fica evidenciado que o pensamento vive seu caráter de absoluto e de relativo como contradição, pois o pensamento tudo apreende e ao mesmo tempo vive a impossibilidade de que todas as pessoas realizem essa faculdade. A verdade absoluta e a relativa são dois momentos necessários de uma verdade objetiva. Esses momentos são a expressão de etapas distintas do mundo objetivo do homem. A dialética do absoluto e do relativo é o cavalo de batalha dos metafísicos que não admitem que o absoluto encontre razão de ser fora de si e nem que o relativo seja um memento de expressão do absoluto.

O pensamento humano é por natureza capaz de fornecer e nos fornece a verdade absoluta, que se forma da soma das verdades relativas. Cada degrau no desenvolvimento de uma ciência acrescenta novos germes a essa soma da verdade absoluta, mas os limites da verdade de cada tese científica são relativos, sendo ora alargados, ora comprimidos pelo sucessivo aumento do conhecimento. (LENIN, 1981, p.137).

A diferença entre a verdade absoluta e a relativa reside no grau de precisão com que cada uma reflete o mundo objetivo. Porém, ambas sempre são momentos da verdade objetiva que acontece como processo, como movimento. A soma de verdades relativas contribui para a formação da verdade absoluta, mas isso não se dá de forma mecânica. Não se trata da construção de verdades acabadas, mas da verdade como um processo de pensamento nutrido pelo movimento para o objetivo e para o absoluto.

A dialética materialista de Marx e Engels compreende indubitavelmente o relativismo, mas a ele não se reduz, ou seja, reconhece a relatividade de todos os nossos conhecimentos não no sentido da negação da verdade objetiva, mas no sentido da condicionalidade histórica dos limites da aproximação dos nossos conhecimentos a essa verdade. (LENIN, 1981, p. 139).

Como o conhecimento é um processo e seu fundamento é o domínio do mundo objetivo, esse mesmo conhecimento tem sua autenticidade e irrefutabilidade em si mesmo, em seu próprio movimento. Há nele uma abertura permanente e latente para o novo. A objetividade é absoluta não enquanto realidade pronta e acabada, mas na constante recepção da novidade inesgotável do objetivo. Importa saber que objetivo já incorporado não cede seu lugar ao novo, desaparecendo, mas somando-se ao que surge enriquecendo-se a si mesmo e ao processo que assim alimenta com sua presença.

Fora do processo de conhecimento humano a verdade absoluta e a refutabilidade são abstrações. Enquanto relação teórica entre sujeito e objeto é através da relação prática que eles travam entre si que o pensamento tem sua origem e desenvolvimento. Esta interação possui algumas características.

- a interação é basicamente material; a prática não é um ordenamento lógico, mas concreto-sensorial, material; a prática pode ser constatada nas alterações do objeto e do próprio sujeito;
- a prática é marcadamente humana onde o homem interage com a natureza; como consequência o homem atuante é o social e não o individual;
- a prática deve obrigatoriamente ser racional; a prática une sujeito e objeto e com isso sujeito e objeto são criados escapando ao domínio do preestabelecido pela consciência.

Não se busca explicar tudo por um espírito preexistente ou por uma matéria preexistente: o ponto de partida - a origem - está na atividade humana, e, se esta for bem explicitada, aquela alternativa se revelará falsa. A raiz não está nem no espírito, nem na matéria: a raiz é o próprio homem entendido como atividade. (BORNHEIM, 1977, p. 182).

Para o marxismo a prática exibe o que se constitui como seu conteúdo na relação com outros conceitos. A prática orienta-se pela união entre sujeito e objeto sendo pela sua constituição ativa, passível de comprovação, pois seu conteúdo e resultados são concreto-sensoriais. Eis o ponto de desequilíbrio entre prática e ideal: o ideal tem seu valor e significado no resultado de sua prática. Se a prática modifica a realidade, isto não ocorre com o conhecimento. A representação idealizada que o conhecimento cria não promove mudanças no real, mas somente no modo como ele é visto. Este, porém, permanece tal qual após toda e qualquer representação ideal. Pelo materialismo dialético o objeto incorpora-se à prática e a prática, por sua vez, ingressa na realidade objetiva. Quando sujeito e objeto encontram-se juntos, unidos o sujeito posiciona-se ativamente na relação e o objeto assume seu caráter determinante. O sujeito somente age sobre o que se dá a ele, isto é, o objeto. As condicionantes físicas, químicas, etc. do objeto constroem o campo de atividades do sujeito. O homem atuando pelo seu pensamento segue na prática as leis que advêm do objeto. O nível do sujeito em dado momento histórico, objetiva determinar sua prática. A prática é a própria base do pensamento assim como seu critério de verdade. O pensamento é resultante de necessidades práticas realizando as necessidades da prática. Como tal o pensamento não é um processo que age a esmo, mas que persegue um fim. Este fim não está dado a priori, mas apresenta-se à medida que o processo toma corpo e se desenvolve. É pela prática que o homem descobre o que lhe é essencial e o que não é. As necessidades

subjetivas e objetivas do homem coincidem pela prática, posto que o que o homem precisa e o que julga precisar tem sua superação na objetividade de sua existência. Os objetos do pensamento possuem respaldo na prática e o próprio pensamento atua sobre os fins da prática. Portanto, a prática se constitui na autêntica e legítima orientadora do pensamento que, por sua vez, a orienta. Do mesmo modo, sendo a prática a base e o fim do conhecimento por consequência o conhecimento verdadeiro é o que visa à prática. “Idéias nunca podem levar além de um antigo estado de coisas. Apenas podem levar além das idéias do antigo estado de coisas. De resto, idéias nada podem realizar. Para a realização das idéias são necessários homens que ponham em jogo uma força prática”. (MARX; HEGEL, 1987, p.118).

O prático e o teórico se inter-relacionam, pois em cada realização material humana está presente a atualização de uma idéia que não pode existir senão na sua objetivação. É precisamente na realização material que a veracidade da idéia é comprovada. Embora o pensamento sofra condicionamentos por parte do prático isto não o impede de afastar-se dela. Ele pode atingir a independência e autonomia absolutas como também aprimorar mais a prática evitando o comprometimento com a imediatidade do real. A prática, como critério de verdade, é marcada pela dinâmica da dialética, ou seja, é absoluta e relativa ao mesmo tempo. É absoluta porque o que ele apresenta é a objetividade do mundo objetivo. É relativa por que tudo o que é humano não pode ser confirmado ou rejeitado absolutamente. Evidencia-se que a prática não compartilha da estaticidade, mas da dinâmica o que a põe em estado de desenvolvimento constante. Aqui ela propicia toda a certeza de verdade enquanto objetividade.

CONCLUSÃO

As posições aqui examinadas, isto é, de Hegel e de Marx possuem concepções diferentes sobre o que seja o ser do real. Importa mencionar que apesar das diferenças Hegel e Marx encontram-se em diversos momentos de suas concepções. Fica, por exemplo, evidente em ambos que o real pode ser conhecido e que tal conhecimento é um processo. Em outras palavras o real é apresentado pelo movimento, sendo a dinamicidade sua característica maior.

A grande vantagem de Marx é que este teve Hegel, mas Hegel infelizmente não pode ter Marx. Marx reconhece em Hegel a importância de ter apontado o “vazio” do ser e do nada em estado puro e de indicar a realidade da natureza.

Ao afirmar que racionalidade e realidade coincidem Hegel procura garantir a possibilidade de se conhecer. Portanto, a verdade pode ser atingida. Muitos dirão que a realidade em Hegel fundamenta-se no racional, mas o esforço hegeliano foi de recuperar a historicidade do real. Nesse ponto Marx entra em cena gerando o conflito inevitável.

Hegel teria sido para ele subjetivo demais, isto é, calcou o critério do real no sujeito. Para Marx a realidade é uma instância objetiva a qual se dá ao sujeito não passivamente, mas afetando o sujeito que deseja afetá-lo. Tanto Hegel quanto Marx pretendem resolver a dicotomia sujeito-objeto. Hegel resolve o problema desde a perspectiva do sujeito, pois este é o que conhece e o que pode ser conhecido. A razão, em Hegel, possui uma história que ele julga detectar e mostrar em seus textos sobre a história. Segundo Hegel a filosofia sempre chega atrasada; a história a precede, mas é posteriormente que seu sentido é capturado. Daí, que tudo está marcado indelevelmente pela historicidade. O acaso não encontra vez já que há um princípio norteador de história. A história caminha para a sua realização cada vez maior, porém não sem contradições perfazendo um caminho sinuoso. Por outro lado, Marx quer superar a dicotomia pela opção pelo objeto. O objeto é o material do pensamento e como tal já está dado e antecede toda e qualquer análise, posto que a reflexão pura é o “vazio” que não consegue a constatação de seu próprio existir. Entretanto, a dicotomia parece ser superada em Marx tornando-se este a verdade de Hegel. O reinado do sujeito instaurado por Hegel é transposto para o reino do objeto em Marx. Aqui a verdade atinge seu grau absoluto e relativo, pois toca o real na sua totalidade, mas não o faz definitivamente.

Talvez se possa e se deva dizer que a verdade é sempre uma segundo o momento histórico; uma situação em processo e um processo situado.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Moscou-Leningrado: Editorial Progreso, 1934.
- BORNHEIM, Gerd. *Dialética Teoria Práxis*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.
- HEGEL, G.W.F. *Ciência de la Lógica*. Buenos Aires: Solar S.A., Hachette S.A., 1968.
- HEGEL, G.W.F. *Enciclopédia Das Ciências Filosóficas Em Epítome*. v. I, II e III. Lisboa: Ed. 70, 1988.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- KONDER, L. *HEGEL: A Razão Quase Enlouquecida*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- LENIN, V.I. *Obras completas*. Redactor responsable Angel Pozo Sandoval. Moscú: Editorial Progreso, 1981.
- MARX, K. *Contribuição À Crítica Da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Sagrada Família*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.